
OS IMPACTOS DA MUNDIALIZAÇÃO NUMA ABORDAGEM PLURIDISCIPLINAR

GRUPO DE TRABALHO*
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

The crisis in the reorganisation of contemporary economic, political, cultural and social orders suggests the appearance of a humanist project of society from which, far beyond the issue of survival, a new Man is looming. One of the main features of such a world-wide reorganisation is eminently economic, related to the inadequacy of the neoliberal model in dealing with the complex, ill-adjusted, contemporary society. The revival of both ethnical, nationalist and fundamentalist phenomena and other elements of "rediscovered tribalism", also deserves to be mentioned, especially in relation to the obsolescence of basic materials of international relations. Likewise, attention is given to the spatial issue, to understand the way Man moves within a new cultural order, encompassing new attitudes and ways of living.

O regime capitalista, à semelhança de quaisquer outros, não é um regime estanque¹. Actualmente, apesar da derrocada dos sistemas afectos ao socialismo real ter começado por gerar uma postura tranquila por parte dos neoliberais - perante a demonstração da superioridade do sistema capitalista - impactos vários têm conduzido a uma renovada reflexão crítica sobre as disfunções do mesmo capitalismo triunfante. É assim que, da mesma forma que a visão marxista se desfez, também a filosofia prometidora das Luzes, do liberalismo da Revolução Industrial e do neoliberalismo têm vindo a apresentar ameaças de fracasso, ou pelo menos de disfuncionalidade, visível numa incapacidade implícita de sustentar o correcto funcionamento do capitalismo.

Falamos, portanto, da inadequação do modelo neoliberal face às grandes transformações hoje observadas. Este modelo mostra-se incapaz de lidar com os desafios que são colocados às leis do mercado, sustidas por fenómenos operantes à escala internacional, cúmplices de uma industrialização desregulada, desigual e aparentemente soberana na determinação de uma repartição não equitativa, da perda de soberania económica dos Estados, da diminuição do nível de vida das classes médias

*Carla Sofia Madureira (Assistente); Fernando Costa (Mestre Assistente); Lucilene Cury (Professora Convidada); Luísa Vasconcelos (Mestre Assistente); Luiz de Lacerda (Professor); Orlando Falcão (Assistente).

¹ Disso constituiu prova inequívoca a renovação capitalista na sequência da Grande Depressão e da II Guerra, segundo fôlego do capitalismo, que derrubou pelo crescimento e ritmo de crescimento das forças produtivas a então teoria da crise geral do capitalismo.

e do aumento de fenómenos de marginalidade e de exclusão. Para entender estes fenómenos é obrigatória a compreensão dos factos históricos que os enformam e determinam, e em particular reconhecer o comportamento dos actores subjacentes a essa História. Referimo-nos em particular à Empresa e ao Estado, agentes económicos por excelência na determinação das relações económicas.

388

Começar pela Empresa exige uma referência ao processo de concentração do capital e à preponderância de algumas das grandes empresas quer sobre o mercado quer sobre a macroeconomia dos Estados, um fenómeno que parece coincidir com o que Marx chamava de “centralização do capital” - “o capital atrai o capital”, “os grandes capitais vencem os pequenos” e “a concorrência destrói-se a si própria”. Não sendo ainda certo que seja este o caminho do modelo neoliberal, pode verificar-se já uma nova fase no processo de concentração, na medida em que as grandes empresas se situam agora em todos os ramos e em todos os países, inseridas num processo de globalização das economias. São as ditas empresas multinacionais, ou mais correctamente transnacionais (ETN's), já que se trata de empresas apátridas apenas na sua implementação, utilização de mão-de-obra e origem de lucros, e não na sua direcção e capital social, que permanecem quase invariavelmente nacionais, frequentemente em relação estreita com a classe política dirigente.

Se até à década de 50 as ETN's actuavam fundamentalmente na procura de matérias primas e escoamento de produtos, actualmente a sua actuação é planetária e percorre toda a cadeia de valor, possibilitando simultaneamente uma alternativa à saturação do mercado nacional, a redução de custos, a facilidade de aprovisionamento, o contorno das barreiras ao comércio, o aproveitamento de auxílios governamentais e a fuga a políticas fiscais hostis. Mais ainda, a transnacionalização permite à empresa reproduzir no exterior uma vantagem tecnológica originada no espaço nacional, desta feita dificultando o surgimento de empresas estrangeiras concorrentes e originando posições importadoras para os países inovadores. Deste processo de deslocalização das produções e alteração dos sentidos dos fluxos comerciais internacionais decorre uma ocidentalização do mundo, nalguns aspectos benéfica mas noutros deturpada do desenrolar de mecanismos de crescimento que seriam pertença das vastas zonas do globo que permaneceram fora do movimento das Luzes e da Revolução Industrial europeia.

Enquanto as relações entre as ETN's e os Estados nacionais se tornam cada vez mais conflituosas, face ao poder crescente das primeiras e decrescente dos segundos, é dado como adquirido o lugar de primazia das ETN's entre os actores do processo de globalização. Em simultâneo,

qualquer que seja a sua essência ou dimensão, a globalização gera um paradoxo de comportamento para o Estado. Por um lado, a adopção de políticas progressivamente liberais cria-lhe exigências e, por outro, essa mesma liberalização, em algumas instâncias desmedida, reduz a sua possibilidade em lhes dar resposta, permitindo ao Estado desenvolver tão somente uma acção estabilizadora, não mais economicamente reguladora. A interdependência progressiva das economias capitalistas reduz, desta forma, a autonomia dos Estados nacionais na prossecução dos seus objectivos económicos, ainda que simultaneamente eleve o papel do Estado como regulador das tensões sociais acrescidas pelo neoliberalismo desregulado. Assim, por um lado a liberalização e a globalização contribuem para a prosperidade das economias, pelo menos algumas delas e, por outro, provocam um aumento de vulnerabilidade às influências externas (instabilidade de mercados de produtos e de aprovisionamento, repartição desigual, acção das ETN's e problemas financeiros e monetários) (Estefanía, 1996:51)².

Simultaneamente, assistiu-se ao desenvolvimento das comunicações, juntamente com o advento das novas tecnologias de informação, e ao desaparecimento de um bloco geo-estratégico e aparente evolução para uma polarização única no balanço de forças internacionais. Tornaram-se obsoletas muitas das práticas normalmente aceites no convívio entre as Nações e converteu-se o exercício da diplomacia - que por razões óbvias sempre se baseou na tradição - numa curiosa expressão teatral, em que o que parece nunca é e em que os próprios actores se converteram em máscaras. As assimetrias e exclusões agravam-se igualmente de forma drástica, já que a globalização, tratando-se de um fenómeno que diz respeito sobretudo às áreas industrializadas, não conseguiu esbater a dicotomia Norte/Sul, marginalizando-se dessa forma 2/3 da população mundial, novamente deixados a funcionar sob outras ou nenhuma regras. Mais ainda, o progressivo interesse em transferir o diálogo e mecanismos de intervenção do Sul para o Leste faz reviver a posição ultra-liberal que considera inúteis e nefastos os programas de ajuda ao desenvolvimento, porque promotores de distorções no mecanismo de preços e de mercado, acentuando-se dessa forma a exclusão das economias mais débeis com penalização evidente das suas populações.

Nas sociedades industrializadas, estando liberto do adversário que o obrigava a uma autocorreção permanente (desagregação do socialismo

² Mediante este estado de coisas urge avaliar até que ponto o modelo neoliberal tem ou não vindo a defraudar as expectativas nele depositadas após o colapso do dito socialismo real. Na medida em que nos encontramos no que parece ser um processo de crise acelerada de um capitalismo neoliberal sem entraves, orientado apenas pela perspectiva do lucro e assente numa filosofia consumista, convirá retornar à obra de Marx e pensar no seu entendimento do capitalismo como o encerrar da pré-história da sociedade humana.

real), o neoliberalismo faz hoje recuar o Estado por forma a permitir que o mercado funcione na sua plenitude. De alguma maneira entra-se assim em contra-senso, já que são os princípios correctivos do Estado o garante de um capitalismo socialmente eficaz. De ressaltar, entretanto, a permanência de duas formas distintas de capitalismo. Por um lado, o capitalismo ortodoxo, americano, caracterizado pela procura do êxito individual, do lucro de curto prazo e assente nos princípios da racionalidade concorrencial. Neste sistema, o Estado vê a sua actuação reduzida à I&D, garantia da defesa e administração da justiça. Por outro lado, vigora o denominado "capitalismo de rosto humano", tradicionalmente europeu, preocupado com o longo prazo e o êxito colectivo. Neste caso a mobilidade do trabalhador é mais reduzida e o Estado possui um papel relevante quer no crescimento quer na equitatividade e protecção social (Estefanía, 1996:52-3).

Com maior ineficácia social, o capitalismo ortodoxo americano demonstra uma maior eficiência económica, dessa forma apresentando uma maior capacidade de criação de postos de trabalho (maior alternância de desempregados) do que a Europa ou o Japão. Adicionalmente, a Europa vive na premência da concepção de políticas de recuperação de emprego, ao mesmo tempo que se confronta com uma nova concorrência assente em custos salariais menores, ausência de preocupações ambientais e práticas laborais que se sustentam no *dumping* social. Mais ainda, a Europa enfrenta movimentos migratórios Sul-Norte e Este-Oeste na procura do benefício dos sistemas de protecção do mercado laboral, ao mesmo tempo que uma percentagem cada vez menor da sua população activa financia os reformados e desempregados, aspectos que se combinam para gerar fenómenos de racismo e xenofobia e que ajudam a perpetuar a exclusão dos cidadãos das economias mais débeis.

Ao nível da exclusão interna das nações há também a assinalar uma cada vez mais acentuada clivagem entre as actividades formais e informais das economias, com empolamento destas últimas, isto é, com a ampliação dos fenómenos inerentes à economia paralela (alternativa à economia oficial), à economia subterrânea (caracterizada pela ilicitude) e ao sector tradicional. Esta tendência é particularmente importante, na medida em que reflecte uma progressiva incapacidade do sistema institucional dominante em apreender e regular todas as actividades necessárias ao funcionamento da economia, desta forma remetendo para estratégias de sobrevivência aqueles agentes que ficaram excluídos do sector moderno, legal e oficial. Tais problemas afectam também os indivíduos incluídos no sector formal, principalmente no que diz respeito ao seu crescente isolamento num meio e sociedade progressivamente urbanizada, tecnológica e egoeconomicista, que vive presentemente a agonia do Estado Providência.

Convém ressaltar que qualquer das dimensões de exclusão e marginalização de contingentes cada vez maiores de indivíduos se encontram associadas e agudizadas pela aceleração da revolução técnico-científica que vem, inclusive, alterar o processo de produção, com penalização para o emprego, empolando o sector informal. A magnitude deste processo resulta das novas tecnologias passarem a ser introduzidas na esfera tecno-produtiva no âmbito do modelo neoliberal, isto é, num cenário em que o Estado perde o seu poder de regulação. Na verdade, a própria Economia deixa de necessitar do factor trabalho e os segmentos da população que antes lhe faziam falta e que podiam fazer pressão sobre ela passam a ser-lhe completamente inúteis (Forrester, 1997:52). Num cenário como este, o valor-trabalho parece perder a sua própria razão de existência, como se o trabalho não mais contasse como variável na função de produção e na equação de maximização dos lucros. Os impactos sobre os seres humanos que ao longo da jornada vão ficando para trás são tremendos, condenando as pessoas a uma situação de exclusão próxima da absoluta, com duração indeterminada. Assim, levando em consideração as palavras de Forrester (1997:11), assiste-se hoje a uma luta na qual multidões de seres humanos buscam evitar, pelo menos parcialmente, a degradação³.

Face aos problemas do humanitário, as democracias ocidentais enfrentam a crise de decisão provocada pela queda do Muro de Berlim, já que a transição do antigo Bloco de Leste para padrões políticos, económicos e sociais mais "aceitáveis" se tem feito com razoável lentidão e com bastantes hesitações, e ao mesmo tempo, uma parte substancial das nações do Sul continuam a rejeitar o modelo e os valores ocidentais. Paralelamente, a explosão do sentimento nacionalista e democrático a que as revoluções americana e francesa deram origem conduziu a um mundo complexo e fragmentado de cerca de duas centenas de Estados diferentes. Por todo o lado, povos lutam para obter a sua independência e tanto as dinastias europeias há muito estabelecidas, como os modernos impérios coloniais, se desintegraram sob a violenta explosão da vontade do povo em

³ Percebe-se, entretanto, pela análise dos anos mais recentes, que a tentativa de recuperação das sociedades excluídas é frequentemente justificadora de intervenções internacionais que foram evoluindo e sendo teorizadas como direito à ingerência. A própria acção humanitária internacional quase toma a forma de humanismo como ideologia ou, pelo menos, como herdeiro das ideologias em declínio. Simultaneamente, chega-se à conclusão que, pela ambiguidade das intervenções, pela diversidade das missões (distribuição de alimentos, ou reconstrução do Estado, ou neutralização de facções armadas, ou tratamento de doentes), a acção humanitária do Estado está sujeita a problemas e obstáculos que a limitam fortemente. Dificilmente se poderá aceitar uma visão do mundo dividido em bons e maus, em *sheriffs* e bandidos e, como afirma Michael Novak, a política de direitos humanos é subversiva por implicar a reestruturação da ordem mundial - embora isso possa ser desejável, não deixa de ser intrinsecamente conflitual.

se governar a si mesmo, baseando as suas pretensões na nação e fazendo do nacionalismo a sua arma (Gil, 1989:276).

392

Compreender toda esta problemática passa por uma decomposição prévia dos diferentes conceitos que a integram. Como qualquer tema em que se reconhece a presença de uma forte carga emotiva - e o conceito de Estado-nação e todo o nacionalismo enquanto ideologia vivem da presença de construções afectivas - é preciso algum cuidado na análise das diferentes parcelas que enformam a realidade em análise. Um primeiro conceito a tratar é o de poder, uma vez que o Estado moderno é ele próprio fruto da decadência do poder universal da Igreja quando, via Renascimento e Reforma, os antigos Impérios multi-étnicos e multi-linguísticos entram em decadência na Europa e o poder dos Príncipes se vai centralizando, com apoio posterior das elaborações do moderno direito natural. Não estamos ainda perante um Estado-nação, uma vez que só graças a uma subsequente mediação da política, a comunidade que o enforma - e é enformada por ele - se vai organizar num determinado espaço territorial, económico e social, uma vez que o Homem tem sempre necessidade de um sentido de pertença, de uma terra, de uma comunidade estruturada e estruturante que a modernidade mais ou menos consagrou na forma do Estado-nação (Gil, 1989:305).

Estamos, pois, perante uma temática eminentemente moderna, ainda que as diversas tomadas de consciência dos diferentes povos para a sua identidade histórica, linguística e de civilização de fronteiras bem definidas tenham feito da história da nação, enquanto construção de uma cultura própria, um mito em evolução permanente, saturado de símbolos do passado e fidelidades culturais, apresentando-se como um projecto com valor profético e messiânico anunciador de um futuro melhor. Mas a nação só nasce quando para ela é transferida a soberania que antes pertencia aos reis - "representantes de Deus na Terra" e, portanto, ela é fruto da Revolução Francesa e da dessacralização do poder, o que lhe confere um fundamento exclusivamente humano. A construção de uma ideologia nacional é o passo seguinte, uma vez que só por esta via se conseguiria fazer com que a comunidade acreditasse que os direitos da nação estão acima dos direitos de qualquer indivíduo, grupo, casta ou classe. A nação torna-se unidade reguladora das instituições do Estado e garante da justiça (Gil, 1989:305).

Hoje, porém, começam a surgir as primeiras interrogações acerca da validade e viabilidade do Estado-nação. Tudo se passa como se um novo mundo, cada vez mais unificado em culturas, língua, sistemas de comunicação e presença - hipótese ainda assim questionável - se

100

mantivesse feudalizado, num *puzzle* de células políticas organizadas, modelo que, a partir da Europa, conquistou o mundo (Morin, 1993:64-5,96). Na realidade, neste final de milénio, as relações políticas internacionais permanecem centradas no Estado-nação. O relacionamento internacional, pelo menos nos seus moldes formais, é por seu lado regido pelo Direito Internacional, público e privado, e este continua sem ter um real poder coercivo, pelo que todas as acções que transcendem as fronteiras limitativas da legitimidade do Estado-nação continuam, em última análise, sujeitas à sua vontade. O Estado-nação continua a poder assinar, ou não, tratados, bem como a cumprir ou não os tratados que assina (Morin, 1993: 147-8).

É como se praticamente tudo o que inventa e produz o Homem se visse envolvido numa explosão cada vez mais acelerada de fluxos vários, enquanto que, simultaneamente, esse mesmo Homem continua enraizado numa terra, a sua terra, ainda que, também ele, por diversos motivos, seja componente desses fluxos (Defarges, 1993: 37). Na realidade, à "aldeia global" de Marshall MacLuhan, pode opor-se o conceito de "novo tribalismo" de Mathew Horsman e Andrew Marshall, uma espécie de "fuga para a frente" que, a par dos vários movimentos de integração regionais, constitui a resposta do Estado-nação às novas realidades que se vê obrigado a enfrentar (Horsman e Marshall, 1994:189). O certo é que a explosão de interdependências atribuiu a quase todos os problemas uma dimensão planetária, dando origem a novas questões e sem apresentar, até à data, soluções para os problemas que caem tradicionalmente sob a alçada do Estado-nação.

Além do mais, o nacionalismo parece continuar a ser uma força extremamente poderosa na política mundial, mesmo que o mundo imediatamente posterior a 1945 tenha sido bastante inibidor de algumas aspirações nacionalistas, tendo-se estas deslocado e coligado com as diversas lutas anti-colonialistas (Andrew, 1995:270). Adicionalmente, os acontecimentos que se seguiram à queda do Muro de Berlim e à derrocada do Bloco de Leste vieram pôr de lado muitas das esperanças de extinção do nacionalismo (Morin, 1993:61). Em muitos contextos, o nacionalismo parece um tribalismo redescoberto, que desperta as lembranças do racismo, dos crimes de guerra ou dos *pogroms*, parecendo hoje partilhar o território intelectual com diferentes tipos de fundamentalismo. Com efeito, embora as forças da mundialização muito tenham feito para tentar construir um espaço económico, político e militar único, o fim da ordem que o sistema Este-Oeste, melhor ou pior, conseguia manter, a par do crescimento da economia internacional, parecem estar a dar origem a uma explosão planetária de tribalismos. Estados-nação voltam a fragmentar-se

ao longo de linhas étnicas, linguísticas e religiosas, num enredo de boas razões respectivas e agravos mútuos na Europa de Leste (e convém não esquecer que a própria Europa Ocidental tem diferentes exemplos de casos por resolver), em África e na antiga União Soviética (Horsman e Marshall, 1994:185).

394

Mesmo que os crentes e alguns filósofos tendam a ver a mundialização como portadora de uma finalidade - conduzir a humanidade a uma tomada de consciência do seu destino uno - ela é, na verdade, um conjunto de processos, com origem na convergência de certos fenómenos e forças técnicas, económicas, políticas, religiosas, e outras. Os sentimentos nacionalistas, étnicos e religiosos não parecem ter tendência a desaparecer com o tempo, da mesma forma que o Estado-nação deverá continuar a ser a célula base da política global de boa parte do século XXI, muito embora o seu carácter e soberania estejam a mudar. Não se pode extrapolar, no entanto, para a ideia de "internacionalismo cultural" a construir no futuro (Horsman e Marshall, 1994:185). Pelo contrário, a realidade aparenta um retorno a um isolamento simultaneamente condicionado e escolhido, o qual determina que as relações humanas e a sua interacção com a envolvente social coexistam em duas dimensões complementares. Por um lado, o Homem movimenta-se num contexto cada vez mais culturalmente globalizante e, por outro, acentua-se uma tendência crescente de individualismo, esta última associada a uma secundarização das relações sociais, em particular ao nível da postura redutora e egoeconomicista que se tem vindo a impor ao indivíduo, inclusive em termos espaciais.

Com efeito, a mundialização obriga a repensar a própria definição de espaço, perspectivando todos os lugares como mundiais, ainda que quem se globalize de facto sejam as pessoas, que se adaptam à nova era ocupando determinada fracção do território onde existem actividades de produção e de troca, ambas de âmbito mundial. Estes são lugares hegemónicos, dado que neles se instalam as forças reguladoras da acção que se vai desenrolar em quaisquer outros lugares (Santos, 1997a:17). Ficam assim determinadas, ao mesmo tempo, as condições do maior lucro possível para os mais fortes e as condições para a maior alienação para todos. Ou seja, segundo esta óptica, através do espaço, a mundialização mutila, diminui, empobrece o "humano" do Homem já que, por ser artificialmente montado, esse espaço não prevê um lugar onde se desenvolva o próprio, o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos naturais. Tudo está subordinado à lei dos que impõem as mudanças, à lei do mais forte.

Devido ao progresso técnico e à aceleração da vida contemporânea, a noção de espaço engloba, simultaneamente, espaços de racionalidade⁴ e outros espaços genéricos. Nos espaços de racionalidade, o mercado torna-se tirânico e o Estado tende a ser impotente (Santos,1997a:18). A acção do mercado decorre livremente, é soberana, e a palavra de ordem é a competitividade. Surgem então as cidades internacionais que começam a ser julgadas pela sua capacidade de competir com as demais, através das actividades consideradas interessantes segundo os empresários mais agressivos. Essa competitividade parece bastar-se a si própria, sem qualquer necessidade da Ética, tornando-se em si mesma uma forma de violência, um protótipo de guerra planetária dirigida tanto pelas transnacionais como pela burocracia internacional e por tantas outras práticas alienantes. Desta forma, o que impera não é o desejo de cooperação mas o de competição, perpassando todos os aspectos da vida humana. O resultado é uma negação do ser humano enquanto pessoa, o que o torna frágil, desequilibrado e impotente, já que importantes mesmo são as organizações, os sistemas sociais herméticos e os grandes aglomerados impessoais.

Um dos aspectos resultantes é o da fragmentação, dimensão essa que pode ser entendida como *tribu*, a união de homens pelas suas semelhanças, constituindo-se o *lugar* como a união dos homens pela cooperação na diferença. Observa-se, portanto, que a grande revolta se dá através do espaço, do lugar, ali onde a *tribu* descobre que não é isolada, nem pode estar só, que precisa da cooperação de todos." Desta forma, "o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar" (Santos,1997a:20). O *lugar* é o mundo da esperança, enquanto o global se torna o espaço da falsidade. Nestas condições, o que globaliza separa e é através do *local* que se pode dar a união, o acontecer solidário, constituído de solidariedade organizacional, mesmo que breve, efémera, fugidia.

Espreita-se o mundo através do lugar, que é onde reside o real, que vai afinal triunfar sobre o passageiro, sobre o imposto de fora, pois acolhe o novo mas resiste às mudanças, conserva a força e o vigor da herança cultural e resiste, enquanto espera tranquilo a possibilidade de se levantar, num processo de reacção, cuja base é o espaço compartilhado no quotidiano, onde se situam os hoje chamados actores sociais. Figuram nesse quotidiano as relações humanas mediatizadas por um pensamento complexo que prevê as várias dimensões do humano em contínua interacção. Assim, no local onde vivem, os homens desenvolvem os seus

4 Sobre os espaços de racionalidade, consultar Milton Santos, *A Natureza do Espaço*, pp. 230-47.

projectos de actualidade, traçam planos para o futuro, mas com base no já culturalmente determinado, definido. Partem de um porto seguro, de onde são lançadas as redes para a descoberta do novo, do global, do internacional, mas sempre sob as bases proteccionistas do próprio, do autêntico, do seu. Em termos simples, os homens apoiam-se na cultura, que dá sentido às suas acções, às suas palavras, aos seus cantos, religiões e sentimentos, enquanto caminham para outras possibilidades, desde que tenham significado no interior do que já é seu e que não sirvam de destruição, de violência, de guerra.

Porém, neste final de milénio, estes elementos são constantes nas diversas culturas, no sentido que já fazem parte do quotidiano do homem actual, que já não se choca com a barbárie, ao contrário, é cúmplice dela. No âmbito global das diversas culturas, no entanto, começam a ressurgir fenómenos de reacção capazes de reverter essa tendência de destruição humana, de obsolescência de teorias, de normas de conduta e de princípios comumente aceites em matéria de actividades humanas em geral. Em particular, o Homem actua hoje no âmbito de uma nova ordem cultural, que o obriga ao desenvolvimento de novas atitudes e modos de vida.

Estas novas atitudes culturais e sociais do Homem contemporâneo resultam de sistemas de análise a todas as suas reacções psicológicas e fisiológicas às inúmeras mensagens que não pode evitar: o Homem é seduzido para lá do que racionaliza, para além do consciente. Os meios de comunicação como a televisão e a Internet, assumindo-se como meios de informação formalmente livres, constituem uma espécie de consciência colectiva; a fragmentação do tempo e da imagem faz do *videoclip* a estética contemporânea. Pode falar-se do carácter efémero da realidade circundante. O Homem vive uma realidade da qual só é possível abstrair-se quando se desliga de quase tudo o que o cerca e que condiciona as suas atitudes, algumas delas de simples fuga ao mundo que o rodeia, isto é, quando está completamente ligado a sistemas artificiais que prolongam os seus centros nervosos, quer através dos *media* quer através de todas as novas tecnologias que pelos conceitos ergonómicos e antropomórficos são autênticas extensões do corpo humano, desde a pele aos centros sensoriais: o Homem é exposto a outras formas de informação, chegou à realidade virtual (filmes "Strange Days" de Katherine Bigelow ou "Videodrome" de David Cronenberg).

As formas de arte contemporânea, o cinema, a fotografia, o vídeo e a televisão dirigem-se fundamentalmente ao espaço mental. Isso acontece com a própria publicidade naquilo que tem de sublimar. A cultura da informação circula de uma forma global e comunicante, constituindo uma rede planetária que forma uma consciência colectiva que se sobrepõe à

consciência do indivíduo. Neste contexto, e de forma involuntária, o Homem vê mais, ouve mais, sente mais, de uma forma cada vez mais rápida, isto é, menos consciente. Vive aquilo a que José Gil (1996) chama "o mundo das pequenas percepções". Neste contexto, qual é o papel do artista? Formado na matriz das grandes civilizações que se desenvolveram à volta do Mediterrâneo e herdeiro dos conceitos humanistas do Renascimento, deverá ter um papel moderador de apelo às múltiplas realidades que o cercam, assumindo-se como consciência crítica daquilo a que Derrick de Kerckhove (1997) chama "excesso de realidade", ser ponto de convergência entre o técnico e o humano. Por outro lado, o Homem deve assumir o carácter heterodoxo e eclético que corresponde aos sinais deste tempo: desmultiplicar-se na capacidade de ver e conseguir simultaneamente isolar-se mas também assumir capacidades críticas para além do ruído informativo do mundo que o rodeia e muitas vezes constrange.

A tendência natural do Homem é de resistência à perda de identidade quando verifica que o seu eu é invadido pelas novas tecnologias sendo prolongado "para além da pele". Daí a necessidade fundamental de assumir um carácter individualista criando, como centro do seu universo, o seu próprio ponto de vista, isto é, impondo a liberdade individual como valor primordial a partir do momento em que verifica estar integrado e ao mesmo tempo ser parte de uma imensa rede de uma nova categoria de nomadismo, a que Kerckhove (1997) chama "nomadismo electrónico". Esta aparente democratização da informação torna todo o planeta mais facilmente perceptível e o tempo entre os factos e as reacções que eles provocam é drasticamente reduzido. A realidade física do corpo, tal como o pensamento, não consegue reagir tão instantaneamente quanto as novas tecnologias de comunicação, fazendo com que a realidade física, afectiva, humana seja cada vez mais difícil de definir na sua possibilidade de prolongamento artificial⁵.

⁵ Artistas como Dan Flávin ou Bruce Nauman, a partir de realidades virtuais, estão na origem de algumas das mais significativas iconografias do nosso tempo. É neste confronto entre corpo humano móvel mas limitado e a possibilidade da sua extensão artificial, que surgem algumas das mais importantes atitudes estéticas contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA

398

- ADDA, J. *A Mundialização da Economia*. Lisboa: Terramar, 1997.
- ANDREW, V. *Nacionalismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BADIE, B. e SMOUTS, M. C. *Le Retournement du monde. Sociologie de la scène internationale*. Ed. Paris. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Dalloz, 1996.
- BAUDRILLARD, J. *O Crime Perfeito*. Lisboa. Relógio d'Água, 1995.
- CORM, G. *A Nova Desordem Económica Mundial*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- DEFARGES, P. M. *La Mondialization - Vers la fin des frontières?* Paris: IFRI/Dunod, 1993.
- DRUCKER, P. F. *A Sociedade Pós-Capitalista*. Lisboa: Difusão Cultural, 1993.
- ESTEFANÍA, J. *A Nova Economia*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- FORRESTER, V. *O Horror Económico*. 4 ed. Lisboa: Terramar, 1997.
- GIL, J. *A Imagem Nua e as Pequenas Percepções - Estética e Metafenomenologia*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.
- GIL, J. "Nação", *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14, Lisboa, IN-CM: pp. 276-305.
- HASSNER, P. "Plaidoyer pour les interventions ambiguës", *Commentaire*, nº 61, (Primavera de 1993): pp.22-44.
- HORSMAN, Mathew e MARSHALL, Andrew. "Tribalism, Regionalism and Globalization", *After the Nation State. Citizens, Tribalism and the New World Disorder*. s/l: Harper Collins Publishers, (1994): pp. 185-199.
- KERKHOVE, D. *A Pele da Cultura*. Lisboa. Relógio d'Água, 1997.
- LIPOVETSKY, G. *O Império do Efêmero*. Lisboa. D. Quixote, 1989.
- LYOTTARD, J. F. *A Condição Pós-Moderna*. 2 ed. Lisboa, Gradiva, 1989.
- MORIN, E. e outros. *Os problemas do Fim do Século*. Lisboa: Editorial Notícias, 1993.
- MÜLLER, Wolfgang C. e WRIGHT Vincent. "Reshaping the State in Western Europe: The Limits to Retreat", *West Europe Politics*, vol. 17, nº 3, (1994): pp. 1 - 11.
- NOVAK, M. *Human Rights and the New Realism*. Sandton. Valiante Publishers, 1995.
- PAGGI, Gianfranco . "Contemporary Challenges to the State", *The State, It's Nature, Development and Progress*, s/l: Polity Press, (1990): pp. 173-196.
- QUADEN, G. *O Neocapitalismo*. Lisboa: Via Editora, 1978.
- RUFFIN, J. C. *Le piège humanitaire, suivi de Humanitaire et politique depuis la chute du Mur*. Ed. Paris. Col. Pluriel, Lattès, 1993.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Fim de Século e Globalização*. 3 ed. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1997a.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- SOMMARUGA, C. "Faut-il repenser l'action humanitaire?", *Le Matin*. Lausana, 23 de Fevereiro, (1996).